

quinhão não foi suficiente para dar aos herdeiros conforto e recursos suficientes no seu processo de educação, nem para manter entre eles uma biblioteca muito diversificada e rica para os padrões estudados.

O conselheiro dr. Antônio Correia de Souza Costa resolveu fazer testamento quando se deu conta de 'quão precária é a vida'. Era lente da Faculdade de Medicina da Corte.²⁴ Devido ao seu cuidado teve tempo para definir tudo que julgou importante: instituiu sua mulher, dona Camila Barreto de Souza Costa, sua primeira testamenteira, e seu cunhado o segundo. Nomeou tutores para os sete filhos, o que foi positivo, pois acabou morrendo em 16 de fevereiro de 1884, deixando-os todos menores. Tinha um lastro considerável em bens: apólices e ações, dinheiro em conta-corrente no Banco Rural Hipotecário, imóveis, jóias, ouro, prata, objetos preciosos como tinteiros e escrivaninhas de prata, móveis, livros avulsos e uma livraria contendo obras de medicina e outros assuntos.²⁵

Excetuando alguns dicionários - dois volumes do Moraes, dois de um dicionário de português-francês, outro de português-francês-latim e um lote de diversas brochuras sem maiores informações sobre títulos ou autores - os demais livros eram sobre medicina, inclusive história da medicina, filosofia da medicina e dicionários sobre higiene, em um total de volumes avaliado em Rs.

196\$000. Os temas das obras estavam assim organizados:

**Acervo da biblioteca de
Antônio Correia de Souza Costa**

Teologia	-
Jurisprudência	-
Ciências e Artes	123 lotes
Belas letras	6 lotes
História	4 lotes
Não especificados	2 lotes

Fonte: Inventário de Antônio Correia de Souza Costa - AN

A avaliação dos bens atingiu Rs. 94:503\$405. Na sua casa, um sobrado na rua das Marrecas n. 17, estava instalado seu gabinete, onde os livros eram guardados em estantes de vinhático. Todos os itens estavam cuidadosamente registrados no inventário. A biblioteca guardava semelhanças com um espaço reservado mais ao seu saber médico do que a um local de lazer através da leitura. Os jardins das delícias, nestes casos estudados, parecem se associar mais ao conhecimento científico do que a leituras diletantes.

Apesar das dívidas, o inventário de Cândido Mendes de Almeida deixa entrever uma fortuna considerável, talvez desperdiçada por maus negócios. Sua biblioteca não foi descrita quanto aos livros de outros autores, mas com as obras de autoria do proprietário, e parecia concentrar eventuais 'enclaves'

de edições de seus livros. O número de volumes indicados era de cinco mil exemplares de obras diversas, avaliadas em dezessete contos de réis, sobretudo de exemplares extras de tiragens de textos, como o do *Atlas do Império do Brasil*, de *Lições de um pai a um filho*, *Direito mercantil* e de *Memórias do Maranhão*. O direito de contrato com B.L. Garnier para publicação de todos os Arestos do Supremo Tribunal foi avaliado em quatrocentos mil réis.²⁶

Cândido Mendes de Almeida nasceu em vila do Brejo, no Maranhão, no dia 16 de outubro de 1818, filho do capitão Fernando Mendes de Almeida e dona Esmeria Alves de Almeida. Tornou-se bacharel em direito pela Faculdade de Olinda em 1839. Entre 1841 e 1842 foi promotor público em São Luís e obteve, por concurso, a nomeação para o cargo de professor de geografia e história no Liceu São Luís. Posteriormente, estabeleceu-se na Corte, onde exerceu numerosos cargos, chegando a senador no ano de 1871. Jurisconsulto, historiador, sócio do IHGB, oficial da Ordem da Rosa, produziu numerosas obras durante sua vida, algumas já citadas em seu inventário.²⁷

Por ocasião de sua morte, em 1881, parecia estar significativamente endividado, existindo no processo de inventário numerosas cobranças à viúva e inventariante, sobretudo de livreiros e editores. Alguns cálculos registrados no inventário chegaram a um total de Rs. 57:000\$000 de dívidas do casal, com

exceção dos juros. Estas dificuldades refletiram-se na família, inclusive na educação dos herdeiros, que passaram a ter problemas financeiros, recorrendo a negócios com antigas ou novas edições dos livros do pai com a finalidade de obter recursos suficientes para suas despesas. Em 1885, por exemplo, seu filho Cândido, menor e púbere, acadêmico do quinto ano da Faculdade de Direito de Recife, solicitou autorização ao juiz para vender ao livreiro editor B. L. Garnier "a compra da 2a. edição do *Código Filipino e auxillar jurídico*, anotado por aquele finado pela quantia de dois contos de réis (Rs. 2:000\$000) paga logo que for publicar a obra e incumbindo-se o mesmo livreiro editor de pagar a impressão do papel e a encadernação e brochura a sua custa". O juiz autorizou.²⁸

Seus credores tornaram-se presentes no inventário. Cândido Gil Castelo, por exemplo, pretendia receber determinada quantia emprestada ao senador. Para tanto apresentou uma 'escritura de dívida e penhor', cuja quarta cláusula dizia:

que o outorgante para garantia desta dívida (doze contos de réis originais, à época do processo nove contos e cinqüenta e sete mil réis) dá em penhor (...), a biblioteca tanto jurídica como literária excedente os mil volumes e uma apólice de seguro de sua vida (...) no valor de mil e quinhentas libras esterlinas da companhia Inglesa The Royal Insurance Company (...).²⁹

Portanto sua biblioteca pessoal já estava

empenhada em vida. As dívidas acumulavam-se e compromissos como este expuseram a integridade de sua biblioteca.

Na ocasião da avaliação dos bens, em 3 de junho de 1881, os funcionários encarregados dos registros dirigiram-se à rua do Catete para descrever seus bens no domicílio e depois deslocaram-se para a rua Sete de Setembro n. 62 para anotar os bens existentes no escritório, não sendo precisos quanto à especificação dos livros que não fossem os de sua autoria.

Em 18 de agosto a Livraria Laemmert apresentou ao juiz dos Órfãos da 2ª Vara uma fatura, devida por Cândido Mendes de Almeida, onde se incluíam despesas realizadas desde 14 de setembro de 1880 até janeiro de 1881 com cromos, livros de história, poesias, folhinhas, revistas, livros didáticos, textos diversos sobre legislação, que somou Rs. 186\$000.³⁰

Os negócios com livros eram bastante comuns e o inventário estava juncado de questões que envolviam este tipo de situação. Os direitos de publicação do inventariado com a livraria Garnier, seus direitos autorais e cerca de mil obras diversas que se encontravam espalhadas, segundo o próprio original, nas bibliotecas Nacional e Fluminense. Preservavam direitos de propriedade das seguintes publicações: *Atlas do Império do Brasil* (original), *Código Filipino* (com comentários pessoais e aumentado), *Direito mercantil e leis da marinha*,

Memórias do Maranhão e Direito civil eclesiástico brasileiro, além de numerosos opúsculos que publicou em seu nome. Devia a H. Laemmert, por outras compras ali relacionadas, um total de 174\$000 réis.³¹

A correspondência de Cândido Mendes caracterizou-se pela grande ênfase dada por ele a questões relacionadas com a doação de suas obras, consultas sobre catálogos das mais diversas instituições e sobre o fato de ter predileção especial por determinadas leituras. Sua biblioteca, considerando-se a ênfase dada em toda sua vida aos livros, devia ser de uma riqueza significativa. Mantinha correspondência com José Carlos Rodrigues quando este morava nos Estados Unidos da América; discutiam custos de publicações de livros, comentavam artigos do *Jornal do Commercio* e comparavam os problemas da escravidão no Brasil e na América. Em uma carta ao visconde de Ourém sobre a vendagem do *Atlas do Brasil* e publicações da Sociedade Geográfica de Londres, confessou-se maníaco por geografia.³² Esta condição parecia ser comum a diversas personalidades da época e as vendas de livros de viagem como os *Baedeker* e os *Guide Joanne* atestavam um alto nível de interesse.

Consultava seus amigos em viagens ao exterior para obter indicações de livros e publicações, como parecia ser um hábito freqüente no grupo. Alguns se



justificavam na correspondência alegando que eram mal servidos pelos livreiros locais. Foi uma personalidade de convívio muito freqüente com políticos, editores, juristas, destacando-se nos meios político-culturais que compunham o círculo de leitores.³³

Manuel da Costa Honorato, cuidadoso com o destino de seus livros, não aguardou a decisão da posteridade para definir seus caminhos. Preparou uma verba testamentária onde deixou clara a destinação de todos os seus bens. Era bacharel em ciências jurídicas formado por Recife, sacerdote e vigário da igreja da Glória. Durante sua vida trabalhou como professor, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi muito importante para o conforto de feridos e desvalidos da Guerra do Paraguai, prestando serviços através de hospital que criou no Convento de Santo Antônio. Morreu em 1891 e seu irmão dr. João Batista da Costa Honorato foi seu testamenteiro. Deixou nomeados 17 herdeiros entre irmãos, sobrinhos, amigos e afilhados de batismo.³⁴

Foi extremamente minucioso quanto à distribuição de seus bens em dinheiro, jóias, mitra, peitoral, distintivos pontificados, o cálice de seu uso e um grande missal. Seus sapatos, roupa branca, crucifixo de marfim e paramentos receberam destinação precisa, definindo uma série de situações que parecia não querer deixar pendentes, inclusive a forma de sustento de uma 'velhinha', sua tia, que morava em Pernambuco.

E como não poderia listar todas as suas obras no espaço do livro da verba testamentária, deixou-os repartidos por temática para cada um que julgava mais compatível com sua utilização: "... os livros de assentamentos militares para o tenente Jorge Gustavo Tinoco da Silva; os de matérias eclesiásticas para o padre João Martins Alves de Loreto; a Coleção da Ordem do Dia do Exército para o coronel Joaquim Fernandes de Andrade e Silva; os de matéria de direito para o irmão João ..."; os de literatura e 'outros' deveriam ser distribuídos entre o mesmo irmão João, o dr. Pilar Tinoco e o irmão José. Na avaliação os livros chegaram a Rs. 90\$000, enquanto que as outras heranças líquidas chegaram a Rs. 2:500\$000, Rs. 10:000\$000 e Rs. 5:902\$733 com distribuições específicas em importâncias que variavam de Rs. 5\$000 a Rs. 500\$000, salvo as heranças mais significativas restritas aos irmãos.³⁵

O borrão do inventário e da partilha do advogado dr. Luiz José de Carvalho Melo Matos, ambos de 1882, foram muito importantes para detalhar uma biblioteca

particular dos fins do século XIX. A viúva e inventariante d. Mariana de Melo Souza Menezes Matos foi a declarante dos bens do casal. Os imóveis, um terreno e um prédio, estavam localizados na praia de Botafogo n. 156 e eram foreiros do marquês de Olinda a quem os proprietários pagavam foro de três mil réis, por cada braça de frente sobre a praia. Era um prédio de ótima qualidade, com quatro salas, três alcovas, três quartos, com a parte superior em telha vã, mas precisando de alguns reparos, sendo por isto avaliado em Rs. 40:000\$000.³⁶

O casal possuía também sete escravos, móveis e demais alfaías que compunham o conjunto de bens. Específicos das instalações do gabinete eram: uma secretária de jacarandá, outra de mogno, uma estante de pinho e o conjunto de livros listados pelos avaliadores. O total era de 431 obras, com lotes organizados por temas, e às vezes autores:

**Acervo da biblioteca de
Luiz José de Carvalho Melo Matos**

Teologia	9 lotes
Jurisprudência	223 lotes
Ciências e Artes	26 lotes
Belas letras	96 lotes
História	77 lotes

Fonte: Inventário de L. J. de Carvalho Melo Matos - AN

A maioria das obras compunha-se de títulos relativos a direito e jurisprudência (51,7% do total).³⁷ Quanto aos idiomas, havia 146

títulos em português, 187 em francês, 43 em inglês, 19 em italiano, dois em alemão, cinco em espanhol, um em grego e sete em latim. No final da listagem os avaliadores registraram que o valor correspondente aos livros era de Rs. 2:475\$200, aí incluído o preço de um cofre.

Outro jurista com livros registrados em inventário foi Carlos Frederico Taylor.³⁸ Falecido em julho de 1890 e tendo por inventariante o conselheiro dr. Eduardo de Andrade Pinto, deixou testamento legando sua fortuna para numerosos parentes e amigos, além de ex-escravos e dependentes. Seu herdeiro universal era o filho único, Carlos Taylor. Seus bens estavam concentrados sobretudo em propriedades urbanas, algumas fazendas, carros (uma Victoria, um Phieton e um Tilbury), móveis, pratas, jóias e livros, esses últimos orçados no inventário em Rs. 246\$700. O patrimônio inventariado chegou a ser avaliado em Rs. 1.456:506\$500.³⁹

Foram listados no inventário quarenta itens em livros, sendo mencionadas em conjunto, sem maiores referências, obras em brochura localizadas em casa situada na rua São José n. 5. Porém, a casa onde foram localizados os livros não era utilizada para moradia, pois a indicação de residência era na rua Marquês de São Vicente n. 20, em uma chácara que ficou entre os legados da viúva.

Na descrição das obras registravam-se sobretudo livros pertinentes ao exercício profissional: 32 lotes de obras de direito

comercial, civil e códigos criminais; dois de revistas judiciárias; cinco de obras de literatura e história e, nos itens 38 e 39, a informação 'oitenta e dois volumes diversos', avallados em oitenta e dois mil réis, e 'cinquenta e duas brochuras diversas' em quinhentos réis cada uma, totalizando vinte mil réis. Esta não devia ser a biblioteca particular completa do dr. Taylor. Tenho como provável que fosse um acervo utilizado para consultas profissionais, pela sua pequena dimensão e por não estar localizada em seu imóvel residencial. No entanto, este pequeno acervo foi destinado à viúva, conforme ficou caracterizado na partilha.

(...) O inventariante, devidamente autorizado pagou a d. Paulina Luiza Croix Taylor, viúva do inventariado, o seu dote na importância de Rs. 50:000\$000, fazendo-se pagamento pela maneira seguinte: Rs. 6:317\$700 em bens a saber, carros na rua Marquês de S. Vicente n. 20, animais e arreios na mesma rua e número, móveis e livros (grifo meu) na rua S. José n. 5, móveis, animais, litéira...⁴⁰

Sizenando Barreto Nabuco de Araújo era filho do conselheiro José Tomaz Nabuco de Araújo. Nasceu em Pernambuco, graduou-se em direito por São Paulo, vindo depois para o Rio de Janeiro onde exerceu suas tarefas profissionais como advogado e promotor público. Foi deputado à Assembléia da província do Rio e à Assembléia Geral por Pernambuco. Considerado por

Sacramento Blake um grande talento, dedicou-se também à literatura.⁴¹ Seu inventário foi aberto pelo genro em 11 de março de 1892. Na ocasião seus dois filhos e herdeiros - Heloíse Nabuco Leonardos e José Tomaz Nabuco de Araújo - tinham respectivamente 25 e 26 anos e passaram a tarefa de inventariante para Othon Leonardos Junior, marido de Heloíse.⁴²

O dr. Sizenando faleceu sem testamento e residia à época em um quarto na ladeira da Glória n. 26. A relação dos móveis, livros e outros objetos neste endereço e no seu escritório na rua Sete de Setembro caracterizou bem as diferenças que começavam a definir-se no final do século, em relação aos padrões de vida urbanos no Rio de Janeiro.

No quarto da ladeira da Glória os objetos e móveis não diferiam dos de seus colegas de profissão: um armário para livros, um outro com gavetas para papéis, uma escrivaninha, um lote de folhetos diversos e 37 volumes de obras não discriminadas. Na relação dos móveis, livros e outros objetos que existiam em seu escritório na rua Sete de Setembro n. 83 o ambiente era mais requintado e moderno, além de abrigar a maior parte de sua biblioteca composta de 451 volumes de obras diversas, com mapas, folhetos, litografias, gravura, além do mobiliário, que incluía biombo, armários para a guarda de livros, geladeira, mesa de escritório, cadeiras, relógio de parede.⁴³

Os bens descritos foram levados a

leilão, pois os credores deveriam ser ressarcidos e para tal os herdeiros abriram mão da herança. O leiloeiro Afonso A. Nunes arrecadou o produto líquido de Rs. 2:610\$050, de onde foram deduzidas as despesas do inventariante, ficando um saldo de Rs. 702\$610 à disposição dos credores.⁴⁴ Somente nos itens que foram vendidos em leilão e registrados no inventário, pudemos obter uma indicação mais precisa dos livros que possuía, tais como mapas da província de São Paulo, do Brasil, cinco lotes de folhetos, sete volumes de códigos criminais italianos, nove volumes de direito criminal, 14 volumes do Código Felício dos Santos, dez volumes de Ação Pública e Servil, 108 volumes de legislação brasileira, entre outros.

O dr. Sizenando era sócio do dr. Cândido Mendes de Almeida em um negócio de abastecimento de carnes verdes que havia falido. Pelo processo de inventário ficou clara a urgência na arrecadação para ressarcir os credores. A quantia arrecadada no leilão ficava muito aquém das dívidas do inventariado (Rs. 3:410\$162), mesmo tendo seus herdeiros aberto mão da herança. Seus bens, reunidos com os recursos obtidos na venda de sua biblioteca, não foram suficientes para cobrir as dívidas que tinha feito durante a vida.

Alguns profissionais passaram eles mesmos a organizar formas de facilitar a divulgação de obras entre seus confrades. Entre os médicos era cada vez mais acentuada esta

tendência. Desde a criação da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1808, que se chamou inicialmente Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, denominando-se depois, em 1º de abril de 1813, Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, a presença de estudantes e médicos fez crescer a necessidade de publicações pertinentes na cidade. No seu estudo da medicina brasileira, Licurgo Santos Filho enfatizou a importância da escola francesa na formação dos médicos, seja por estudos na França, pelo consumo de material médico com essa origem ou pela tendência predominante da língua francesa na bibliografia utilizada, tanto na biblioteca dos cursos de medicina quanto na incidência de ofertas de publicações.

A enumeração ora feita dos pesquisadores médicos franceses, bem mais numerosos do que os ingleses e alemães, patenteia o nível cultural atingido pela França no século XIX. Paris era então a capital mundial da cultura. Pois lá se formaram ou se aperfeiçoaram muitos médicos brasileiros. E foi decisiva a influência gaulesa no ensino médico-cirúrgico, no Brasil, que se exerceu através do material escolar, dos livros, dos métodos, dos regulamentos, dos programas, das leituras.⁴⁵

Em 1884, Carlos Antônio de Paula Costa, bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, preparou a Exposição Médica Brasileira e organizou seu catálogo, onde discriminou 8.079

títulos nacionais e estrangeiros, lançando em seguida uma nova publicação, *Movimento científico médico brasileiro: anuário médico brasileiro*, que foi divulgada de 1886 até 1892. As indicações bibliográficas chegaram a atingir nove mil títulos, sendo a maioria das referências extraídas de obras francesas.⁴⁶

O mais destacado exemplo de uma biblioteca médica é a de Luís Pientzenauer. Esta hipótese foi reforçada consultando a obra de Giffoni. No arrolamento que fez sobre os médicos e a produção de teses e outros textos, percebe-se o interesse entre os estudiosos de medicina por obras de cunho literário ou histórico. Aparecem muito mais epígrafes inspiradas em poemas e romances do que outra citação científica da área. Gilberto Freire, em sua obra *Ordem e progresso*, enfatiza a formação humanista desses indivíduos, que usavam pseudônimos de franceses ou ingleses ilustres à guisa de homenagens ou por reconhecer neles "perfeita e idêntica comunhão com as nossas opiniões, casados com as nossas idéias".⁴⁷ Também na obra de Licurgo Santos está enfatizada essa tendência, que abrange "letras poéticas, romanescas e históricas".⁴⁸

Os inventários que registraram a existência destes livros e revistas dentre

os acervos de médicos e advogados não são muito numerosos. Mas unidos a outras fontes, dentro do universo pesquisado, é provável que esta tendência representasse uma corrente predominante, ou pelo menos fosse representativa das transformações que ocorreram nas relações entre homens e livros na passagem do século. Os livros que se perpetuaram através dos registros dos inventários privilegiavam a necessidade de ampliação dos conhecimentos profissionais, tanto no caso dos advogados, que tinham preferencialmente livros de direito, quanto no dos médicos, que ostentavam obras quase que exclusivamente pertencentes ao campo da medicina, completadas por literatura.

Advogados e médicos tornaram-se, cada vez mais, clientes potenciais para livreiros e bibliófilos, tendência compulsada em catálogos e anúncios que privilegiavam os temas de interesse profissional. A história do livro, das bibliotecas e das relações culturais no Brasil, na transição do século XIX para o XX, ainda necessita de estudos que aprofundem melhor o conhecimento sobre os leitores e suas leituras, porque as bibliotecas particulares precisam da diligência dos historiadores, que deveriam cuidar delas como verdadeiros jardins das delícias.

N O T A S

1. ROCHE, Daniel. "Lumières". In: FIGUIER, Richard (dir.). *La Bibliothèque*. Paris: Autrement, (1992) pp. 92-94.
2. Idem, *ibidem*, p. 94.
3. Ver NADAUD, Alain. "Le Jardin Privé". In: FIGUIER, Richard, op. cit., pp. 207-212.
4. ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro. Seção de Documentos Privados e Inventários, Testamentos, Verbas Testamentárias.
5. BARMAN, Roderick Jean. "A formação dos grupos dirigentes políticos do Segundo Reinado: a aplicação da prosopografia e dos métodos quantitativos à história do Brasil Imperial". In: *RIHGB*. Anais do Congresso do Segundo Reinado. Rio de Janeiro, 2:61-86, 1984.
6. Ver, por exemplo, os seguintes inventários no Arquivo Nacional: José Tomás Nabuco de Araújo, cx. 4.174, nº 2.108, 1850; Carlos Ferreira França, cx. 106, nº 845, 1868 e Francisco de Carvalho Figueira de Melo, cx. 7.057, maço 373, nº 3.364, 1875.
7. SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Universidade de São Paulo, 1991, 2vols.; BARMAN, Roderick Jean. "The role of the law graduate in the political elite of Imperial Brazil". In: *Journal of Interamerican studies and world affairs*. 18(4):423-450, nov. 1976; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed Universidade de Brasília, 1981.
8. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Séries estatísticas retrospectivas*. Separata do Anuário estatístico do Brasil, ano V, 1939/40. Ed. fac-similar, 1941. Rio de Janeiro: IBGE, 1986 (Repertório estatístico do Brasil. Quadros retrospectivos, 1).
9. Cf. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
10. FREIRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olímpio/INL, 1974, 2vols. Do mesmo autor, ver *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1960, 2vols.
11. Idem, *ibidem*.
12. ARQUIVO NACIONAL. Inventários de Luiz Pientzenauer, cx. 4.286, nº 551, 1880. Luiz José de Carvalho Melo Matos, maço 490, nº 9.550, 1882 e também do mesmo borrão de partilha, maço 197, cx. 6.880, nº 3.860, 1885. Seção de Documentos

- Privados. Antônio Ferreira Viana, cód. 02, cx. 15, CP 10, docs. 07 e 08, 1891.
13. NEEDELL, Jeffrey D, op. cit., pp. 127-142; BELLO, José Maria. *Memórias*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1958, pp. 35-39.
14. Ver NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das e FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. 'O medo dos 'abomináveis princípios franceses': a censura dos livros no início do século XIX no Brasil'. In: *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: v.4, n. 1, jan./jun. 1989, pp. 113-120. Das mesmas autoras, 'Livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823'. In: *História hoje: balanço e perspectivas*. IV Encontro Regional da ANPUH-RJ, 16/19 out. 1990. Rio de Janeiro: Taurus Timbre, pp. 190-202.
15. CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. 'Le livre: un changement de perspective'. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'histoire: nouveaux objets*. Paris: Gallimard, 1974, pp. 115-136.
16. CHARTIER, Roger (dir.). *Pratique de la lecture*. Paris: Rivages, 1985; ROCHE, Daniel. *Le peuple de Paris*. Essai sur la culture populaire au XVIIIe siècle. Paris: Aubin Montaigne, 1981; DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução*. Mesmer e o final do Iluminismo na França. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; MARION, Michel. *Recherches sur les bibliothèques privées à Paris au milieu du XVIIIe siècle (1750-1759)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1978; PARENT-LANDEUR, Françoise. *Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration*. Paris: Pillot, 1982.
17. ARQUIVO NACIONAL. Inventário. D. Carolina Pinto Rebouças, esposa do conselheiro André Pereira Rebouças. Caixa 4.029, n. 693, 1865.
18. Idem, ibidem, fl. 14.
19. Idem, ibidem, fls. 14-15.
20. ARQUIVO NACIONAL. Inventário. Luiz Pientzenauer. Caixa 4.286, n. 551, 1880, fls. 24-29.
21. ARQUIVO NACIONAL. Inventário. Luiz Pientzenauer. Caixa 4.286, n. 551, 1880, anexo fl. 2.
22. O livro de Ponson de Terrail, *O Rocambole*, aparecia com frequência nos anúncios do *Jornal do Comércio* e parece ter sido muito apreciado. O conjunto de aventuras chegou a formar vários volumes, alguns deles incluídos na biblioteca do dr. Luiz Pientzenauer. Arquivo Nacional. Inventário. Luiz Pientzenauer. Caixa 4.286, n. 551, 1880, anexo fl. 2.